

# Entre a Idade Média e a Idade Moderna: a evolução demográfica do Termo do Porto

## Between the middle age and modern age: the demographic evolution of Oporto countryside

FABIANO FERRAMOSCA

Arquivista na Faculdade de Letras da Universidade do Porto

[fabiano.ferramosca@gmail.com](mailto:fabiano.ferramosca@gmail.com)

933312630

ORCID: 0000-0002-9506-5602

Artigo entregue em: 16 de setembro de 2021

Artigo aprovado em: 2 de novembro 2021

### RESUMO

Qual o crescimento percentual entre o início do século XV e o início do século XVI no termo do Porto? Para responder a essa questão, o presente artigo contabiliza o número de contribuintes do Porto em duas fontes fiscais: o livro da abertura da rua nova (1438) e o livro da abertura da rua das flores (1521-1527). Temos por objetivo apresentar de forma quantitativa o crescimento populacional dos contribuintes que se deu no termo do Porto. Foram elaboradas tabelas comparativas das circunscrições com os valores populacionais nos dois períodos e respetivo crescimento percentual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Demografia; Porto; Idade Média.

### ABSTRACT

What was the percentage growth between the early XV century and the early XVI century in the Oporto countryside? To answer this question, this

article counts the number of tax payers in Oporto in two different fiscal sources; “o livro da abertura da rua nova (1438)” and “o livro da abertura da rua das flores (1521-1527)”. We pretend to present the growing of the number of tax payers in the countryside of the Oporto. Several tables were created to compare the numbers of the population in the circumscriptions in both periods and the population growth.

**KEYWORDS:** Demography; Oporto; Middle Ages.

## Introdução

O “livro da abertura da rua formosa”<sup>1</sup> é um livro de registo de contribuintes do termo do Porto do ano de 1438-1440. Desconhecendo-se a data da decisão da construção (a primeira referência ao plano de construção é de 1395), em 1411 existiam já aforamentos de casas<sup>2</sup> e as obras prolongaram-se por diversas décadas. Foi designada de Rua Nova na época (é esse nome que utilizaremos neste trabalho, embora atualmente o seu nome seja rua do Infante). Para custear as obras, foi lançado um imposto (a finta, um imposto em que todos os contribuintes pagariam um valor fixo), tendo sido feita essa cobrança por diversos anos<sup>3</sup>. O livro abarca o ano de 1438, embora devido ao atraso do pagamento de diversas circunscrições, se arrastasse até ao ano seguinte (e nalguns casos extremos até 1440). Não se sabe a periodicidade do lançamento da finta, nem por quanto tempo foi efetuada, mas, pela estrutura do livro, deduz-se que no mínimo fosse bienal e talvez trienal e que existiriam outros registos anteriores<sup>4</sup>.

Dentro do livro, existe uma hierarquia de divisões administrativas. O termo do Porto está dividido em diferentes julgados, e, dentro deles, existem freguesias, juradias, capelas, mosteiros, coutos, honras, aldeias; por vezes, essas divisões administrativas estão fragmentadas em partes, não havendo assim uma rigorosa equivalência entre as circunscrições fiscais e as divisões administrativas e religiosas (embora estas sejam sempre indicadas).

---

<sup>1</sup> Arquivo Histórico do Porto- Casa do Infante, *Livro da Receita da Rua Formosa*, 1438-1440, código parcial 2213. O livro está em letra gótica cursiva bastante legível.

<sup>2</sup> Santos, 2010: 15.

<sup>3</sup> No livro de vereações da câmara do Porto de 1432, é feita uma referência ao pagamento feito pelos habitantes do termo. *Vereações*- 1431-1432, livro I.

<sup>4</sup> FERRAMOSCA, 1998: 65.

Para cada uma das circunscrições fiscais, aparece o nome da circunscrição, o número de contribuintes, o total valor pago na circunscrição, o valor que cada contribuinte devia pagar, a lista com os nomes dos contribuintes, o seu estatuto (contribuinte inteiro, ou cabaneiro, neste caso apenas pagando metade do valor fixo) e respetiva quantia paga; no caso de haver qualquer modificação em relação ao livro anterior, é explicitado o motivo (empobrecimento de contribuintes, casamento, morte, etc). Esses dados permitem reconstituir a demografia da finta anterior (embora não saibamos o ano, apenas que deveria ser relativamente recente). Nem todas as circunscrições pagaram a finta (ou não ficou registado); de outras circunscrições temos apenas o valor total pago, sem indicações sobre o número de contribuintes. Algumas tinham de pagar o valor acordado de uma única vez, outras circunscrições tinham a possibilidade de pagar em duas prestações; o valor fixo a pagar pelos contribuintes inteiros era também variável conforme a sua circunscrição sem que se perceba o motivo para as diferenças<sup>5</sup>.

O “livro da abertura da rua fermosa das flores”<sup>6</sup> (atual rua das flores) é um livro semelhante ao livro da abertura da rua nova (um registo de contribuintes para pagamento de uma finta para construção de uma rua), com algumas diferenças. Desconhece-se a data exata da sua elaboração, apenas que foi usado para registo entre 1521 e 1527<sup>7</sup>. Estão registadas as divisões administrativas, mas nota-se uma diferença de escala: o número de circunscrições que surge é menor: apenas julgados, freguesias, juradias e coutos; diversas circunscrições foram agrupadas (povoações, que no livro da rua nova estavam divididas em diversas circunscrições fiscais, passam a estar unidas numa única circunscrição no livro da rua das flores), havendo uma maior equivalência entre as divisões fiscais e administrativas. A finta foi simplificada no seu valor: todos deviam pagar numa única vez e todos os contribuintes inteiros pagavam o mesmo valor (mantendo-se só a exceção dos cabaneiros). Não aparecem indicações a modificações em relação a um pagamento anterior (o que pode indicar de que este talvez fosse o primeiro livro ou mesmo o único). São registados os nomes das circunscrições, e dentro de cada uma delas, o valor pago na circunscrição, os nomes dos contribuintes, o valor pago por cada um deles e o seu estatuto.

---

<sup>5</sup> FERRAMOSCA & DUARTE, 2001: 12.

<sup>6</sup> Arquivo Histórico do Porto-Casa do Infante, *Livro da finta para pagamento das despesas que se hão-de fazer na rua nova das Flores*, 1521-1526, código parcial 2215. O livro está bastante legível e em excelente estado de conservação.

<sup>7</sup> AFONSO, 2012: 54-56.

Utilizámos as divisões dos julgados do livro da rua das flores (o mais recente) que é um pouco diferente da rua nova; nesse século houve mudanças de algumas circunscrições, sendo transferidas de um julgado para outro e a referida simplificação de divisões. Temos consciência que qualquer critério utilizado (usar o livro da rua nova ou das flores como referência), implicaria assim sempre diferenças percentuais no crescimento dos julgados (mesmo que isso não afete o valor global).

O objetivo deste estudo foi observar e analisar a evolução demográfica do termo do Porto a partir destas duas fontes.

Partindo de uma microescala (circunscrições às vezes com dúzia de fogos), seguimos para uma escala média (com julgados que agrupam diversas circunscrições para, finalmente, uma macroescala<sup>8</sup> (o termo do Porto, um território que abarca parte do atual distrito do Porto, embora com algumas diferenças).

Para este estudo, foram contabilizadas 98 circunscrições, que tinham dados que considerámos passíveis de serem comparados. Considerou-se, como critérios de seleção, que fossem circunscrições que existissem quer no livro da rua nova quer no livro das flores e que tivessem registado o número de contribuintes. Foi, de seguida efetuada a comparação de todas essas circunscrições para os dois períodos estudados (1438 e 1521-27), quer em número de contribuintes, quer percentualmente, para se poder verificar se existia alguma diferença para essas duas épocas. De seguida, as circunscrições foram agrupadas de acordo com o julgado a que pertenciam e somadas, para se poder fazer a comparação da evolução em número de contribuintes e percentualmente. Decidimos também fazer a comparação da importância demográfica dos diferentes julgados no termo. Finalmente, todos os contribuintes das circunscrições escolhidas, foram somados de acordo com o período, para se poder observar qual a diferença percentual entre as duas épocas no termo do Porto.

Os pobres sem rendimentos para pagar a finta, foram também excluídos, devido à diferente metodologia usada pelos funcionários responsáveis: no livro da rua nova, só eram registados os indivíduos que tinham empobrecido, deixando nesse ano de pagar a finta, não aparecendo os que já estavam excluídos de outros anos, enquanto no livro da rua formosa eram todos contabilizados. Os privilegiados foram excluídos pelos mesmo motivo: eles não tinham sido registados no livro da rua nova, mas eram-no no livro da rua das flores, sendo assim impossível efetuar a comparação.

---

<sup>8</sup> ESCALONA & REYNOLDS, 2011: 14-17.

Esta opção implicou a eliminação de muitas circunscrições, que não correspondiam aos critérios que estabelecemos, reduzindo substancialmente o âmbito deste estudo, dado que a população de contribuintes total do livro da rua nova (de que se dispunham dados) era de 4313 e ficou reduzida a 1582 (quase um terço); no livro da rua das flores de 7462 ficou reduzida a 2959 (menos de metade).

## As fontes para o estudo demografia em Portugal

Para se poder efetuar estudos de demografia, a demografia medieval recorre a diversos tipos de fontes para poder estudar as populações medievais: umas diretas, que dão informações sobre os números de habitantes como os censos, as inquirições, as fontes fiscais<sup>9</sup>; outras indiretas, por darem indicações sobre a evolução da população e ordens de grandeza como as crónicas, os vestígios arqueológicos, a toponímia, o povoamento, as reformas administrativas<sup>10</sup>; fazendo-se o cruzamento delas, procura-se obter estimativas dos valores populacionais.

No entanto, a demografia em Portugal para a época medieval levanta problemas de difícil resolução. Existem poucas fontes disponíveis e dado que foram realizadas para cumprir diferentes fins com critérios e informações distintas, tornam-se difíceis de utilizar em conjunto. Também a destruição gerada pela passagem do tempo, eliminou muita documentação, tornando-se difícil fazer um estudo contínuo no tempo e no espaço<sup>11</sup>, deixando apenas fontes isoladas.

Vamos de forma sintética apresentar algumas das fontes, que tem sido utilizadas por diversos autores para o estudo da demografia medieval portuguesa.

Algumas das mais antigas fontes, que registaram informações numéricas, foram os censos efetuados pela Igreja, que nos dão números concretos de fogos, mas referem-se unicamente às terras das instituições que as organizaram (mosteiros, dioceses) e não cobrem o país todo; também se referem a períodos diferentes sem continuidade entre si; as inquirições organizadas pela Coroa (as mais antigas de 1220, seguidas por outras em 1258) acabam por sofrer do mesmo problema (embora abarquem um território mais abran-

---

<sup>9</sup> DUARTE, 1996: 185-187.

<sup>10</sup> BOISSELLIER, 2003: 17-27.

<sup>11</sup> DAVID, 1995: 87-90.

gente). A partir desses dados, o Padre Avelino Jesus da Costa estimou uma população de 140.000 habitantes para o território Entre Douro e Minho, mantendo-se os valores estacionários para a época do numeramento de 1527; talvez nesta época os valores fossem mesmo inferiores<sup>12</sup>. No entanto, o Padre José Marques, na sua tese, iria corrigir essa visão de estabilidade (sobretudo com uma importante fonte "*o livro das rendas da mesa capitular*"): com o século XIV e parte do século XV, teria havido uma forte descida da população (detetável pelas numerosas referências a lugares e casais abandonados), havendo um progressivo crescimento a partir da segunda metade do século XV, só se atingindo os valores anteriores à crise do século XIV na época do numeramento<sup>13</sup>.

De seguida, temos o rol dos tabeliães criado em 1287-90; este rol foi criado para contabilizar todos os tabeliães do reino para fins de um pagamento de um imposto; estando registado o número de tabeliães, que seria variável de acordo com o tamanho de cada povoação. O seu número maior ou menor número permitiria obter uma noção do tamanho de cada povoação por comparação a outras e tinha a vantagem de abarcar todo o país (exceto o Algarve), mesmo que um maior peso económico de determinadas povoações pudesse distorcer essa hierarquia<sup>14</sup>.

Em princípios do século XIV (1320) foi criada uma lista de igrejas de todo o país, para fins de pagamento de uma taxa com base nos seus rendimentos; tal como acontecia com o rol dos tabeliães não são novamente disponibilizados valores concretos dos fiéis (tal como acontecia com o rol dos tabeliães), mas permite atribuir uma relação de grandeza entre as povoações do país<sup>15</sup>.

De especial importância iriam assumir, entre o final do século XIII e o princípio do século XV, diversos arrolamentos de besteiros do conto (listas com o número de besteiros, que deveriam existir nas povoações): a partir de um deles Rebello da Silva, calculou a população portuguesa em pouco mais de um milhão de pessoas para o século XIII; essa posição seria depois criticada pela arbitrariedade do estabelecimento da proporção entre o número de besteiros e de habitantes, sem ter base concreta. A posterior descoberta de mais arrolamentos iria permitir efetuar outras análises, nomeadamente a evolução do número de besteiros em determinadas povoações nos

---

<sup>12</sup> COSTA, 1959: 225.

<sup>13</sup> MARQUES, 1988: 207-307.

<sup>14</sup> COELHO & HOMEM, 1996: 168-184.

<sup>15</sup> RODRIGUES *et al.*, 2008: 80.

séculos XIV-XV (denotando uma descida do número de besteiros exigidos devido à queda demográfica em consequência da crise). Também foi possível, cruzando essas fontes com outras informações, efetuar alguns estudos que permitem identificar números concretos<sup>16</sup>, mesmo com a ressalva de que foram elaborados com critérios e objetivos diferentes<sup>17</sup>: nomeadamente que a fixação do número de besteiros correspondia antes de mais nada a necessidades militares, o que levava a privilegiar o seu recrutamento em zonas consideradas estratégicas de defesa (e não tanto em zonas muito povoadas) e a alargar o seu número em períodos de guerra, o que reduz a utilidade destas listas para ver o tamanho das povoações<sup>18</sup>.

Para os séculos XIV e XV, surgem documentos com dados mais concretos, registando o número de contribuintes disponíveis para o pagamento de impostos ou de obras em determinadas localidades. Destacamos três: um em Ponte de Lima, que foi estudado por Amélia Aguiar Andrade que permitiria calcular menos de 2000 habitantes para a vila para o princípio do séc. XV, apresentando valores que se iriam manter coincidentes com os do numeramento de 1527; para explicar a ausência de crescimento, a autora apresentou problemas estruturais, que afetaram a povoação, como o assoreamento do rio Lima, que afetou o comércio e a instalação de privilegiados, fonte de conflitos internos<sup>19</sup>. Outro é o de uma finta em Torres Vedras em 1381; este documento, cruzado com um anterior de 1309 e o numeramento de 1527 (apesar de terem critérios de contagem diferentes em relação aos privilegiados e pobres), permite observar a evolução da população: descida de 50% da população de 1309 para 1381, apresentando valores ainda mais inferiores em 1527- a autora apresenta diferentes explicações para essa quebra num período de crescimento no país: por um lado, a expulsão dos judeus, e, por outro, a proximidade de Lisboa, que atrairia muitos habitantes<sup>20</sup>. E ainda para o Porto, surge o livro da abertura da rua nova, do ano de 1438, em que são registados os contribuintes do termo do Porto (uma das referidas duas fontes utilizadas neste trabalho); diversas povoações não apresentam números (como o caso da própria cidade do Porto), outras apenas de forma parcial, não tendo incluído os privilegiados nem parte dos pobres.

---

<sup>16</sup> FERRO, 1996: 75-112.

<sup>17</sup> MARQUES, 1980: 51-92.

<sup>18</sup> FERREIRA, 2015: 108.

<sup>19</sup> ANDRADE, 1990a: 147-151.

<sup>20</sup> RODRIGUES, 1996: 60.

Para a segunda metade do século XV e nos primeiros anos do século XVI surgem mais “arrolamentos” de moradores em vilas, comarcas e outras divisões administrativas; destacamos o numeramento das Beiras de 1496, por este ter abarcado uma vasta área geográfica da Beira Interior e, na medida do possível, ter incluído todos os escalões sociais, desde os privilegiados às minorias; mesmo com algumas limitações (nem sempre os funcionários faziam essas contagens de forma tão completa)<sup>21</sup> esse documento permitiu efetuar comparações com o numeramento de 1527.

Novamente no Porto, surge o livro da rua das flores em 1521-27, sendo este um pouco mais abrangente do que o livro da rua nova<sup>22</sup>, pois, para além dos contribuintes, faz também a contagem dos isentos; tal como no livro da rua nova, diversas circunscrições também estão omissas. No entanto, a existência de numerosas circunscrições comuns nos dois livros com números de contribuintes, levou-nos no presente estudo a tentar fazer a mesma comparação e evolução demográfica que fora feita para a Beira por João Alves Dias, desta vez para o termo do Porto.

Em 1527, foi criado o primeiro recenseamento geral do país com o numeramento de 1527-1532, que registou um valor de 282 718 fogos<sup>23</sup>; conforme o fator multiplicador usado, isso leva a que sejam apresentados totais de habitantes de uma grande amplitude, variando entre um milhão e um milhão e meio de habitantes. Este numeramento tornou-se um marco, permitindo que todos os estudos sobre períodos anteriores tivessem um ponto de referência para comparações; no entanto, quanto maior é o afastamento temporal entre fontes, mais falível é a possibilidade de seguir a correta evolução demográfica de uma localidade (como diversos autores dos estudos anteriormente citados notaram). Comparado com o numeramento das Beiras de 1496, permitiu obter resultados interessantes: a duplicação da população da área das Beiras durante essas duas datas.

A partir das diferentes fontes, da sua leitura e interpretação, conseguiu-se obter uma panorâmica geral da evolução da população portuguesa do século XIII até ao século XVI, mesmo sabendo que as fragilidades anteriormente indicadas, tornam sempre estes valores como os mais aproximados possíveis<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> DIAS, 1982: 106.

<sup>22</sup> Mas menos do que o numeramento das Beiras, o que é normal dado que eram documentos administrativos com objetivos diferentes.

<sup>23</sup> DIAS, 1996: 199.

<sup>24</sup> SOUSA, 1995: 65-72.



Para o final do século. XIII, a população portuguesa rondaria cerca de um milhão e meio de habitantes. Esses valores iriam manter-se estacionários até às vésperas da peste negra, sem crescimento nem recuos. Em 1348, o país iria perder cerca de 1/3 da população. Nos anos seguintes, juntando outros surtos epidémicos e diversos episódios de maus anos agrícolas, teriam acentuado a descida da população, para números mesmo abaixo do milhão de pessoas. Na segunda metade do século XIV, a evolução da população seria flutuante por volta do milhão de pessoas, sem possibilidades reais de crescimento, dada a conjuntura política (as diversas guerras com Castela), acrescidas de outros maus anos agrícolas e epidemias de peste. Essa tendência iria acentuar-se em meados do século XV com mínimos valores demográficos (cerca de 900.000 pessoas), invertendo-se depois na segunda metade do século XV, crescendo a população, mantendo-se essa curva até princípio do século XVI, quando o numeramento aponta para valores na ordem do milhão e meio de pessoas, ou seja, os números anteriores à grande peste de 1348<sup>25</sup>.

O estudo da demografia do Porto medieval e do seu termo tem sido alvo já de diversos trabalhos. A partir do livro da rua nova, avaliou-se em cerca de 25.000 habitantes para o termo do Porto<sup>26</sup>, em 1438. O atlas das cidades medievais portuguesas preconiza para a cidade do Porto cerca de 4.400 habitantes em 1384, 5.700 em 1427 e em 10.800 e 13.500 em 1527<sup>27</sup>.

## **Perfil social dos contribuintes e dos isentos nas fontes estudadas**

Antes de entrarmos nos aspetos estatísticos, parece-nos conveniente apresentar o esquema possível da população registada.

Os livros distinguem dois tipos de contribuintes, os contribuintes inteiros (que pagavam a quantia inteira fixada) e os cabaneiros (que se considerava que tinham dificuldades económicas, mas não viviam na completa pobreza e só pagavam metade).

Em 1438, temos 1286 contribuintes inteiros de um total de 1582 contribuintes, o que dá 81,2%, logo mais de dois terços dos contribuintes; para 1521-27, os contribuintes inteiros são 2.435 de 2.959 o que dá 82,2%, uma percentagem bastante semelhante. Não é dada muita informação sobre os contribuintes inteiros; normalmente apenas que passam a pagar por inteiro,

---

<sup>25</sup> SOUSA, 1997: 334.

<sup>26</sup> AMARAL & DUARTE, 1985: 48.

<sup>27</sup> ANDRADE *et al.*, 1990b: 23.

embora em alguns poucos casos é referido que homens deixam de ser cabaneiros porque deixaram de viver em casa dos pais e casaram, ascendendo ao estatuto de inteiro. Mantém esse estatuto enquanto forem saudáveis (não o perdem mesmo que enviúvem), só deixando de o ser por doença ou incapacidade de trabalhar. E são sempre homens, uma vez que não existem mulheres contribuintes inteiras.

Em 1438, temos 296 cabaneiros de um total de 1.582 contribuintes, o que dá uma percentagem de 18,7%; para 1521-27, temos 524 cabaneiros, o que dá 17,7%. Aqui as fontes fornecem mais informações: existem homens a viver em casa dos pais que são considerados cabaneiros, mulheres a viver sozinhas (viúvas ou solteiras), casais de idosos em que os maridos estão impossibilitados de trabalhar e é a mulher que paga pelo casal, homens que enviuvaram e não conseguem pagar como contribuinte inteiro<sup>28</sup>. É assim uma categoria reservada para pessoas com dificuldades económicas, mas que os funcionários consideram que ainda têm alguma forma de ganhar a vida.

Não queremos deixar de referir os isentos, embora não tivessem sido contabilizados para os propósitos deste trabalho. Por um lado, temos os privilegiados que são difíceis de detetar no livro da rua nova; apercebemo-nos por vezes de uma mulher cabaneira que casa e deixa de pagar a contribuição, mas o seu marido não paga; no livro da rua das flores, surgem diversos nomes em que é apenas indicado que não pagam (mas que não são pobres)<sup>29</sup>. No caso dos pobres, no livro da rua nova, as razões para se deixar de pagar são muito diversas: viuvez no caso de mulheres idosas, invalidez física ou psíquica, pobreza extrema (sem mais indicação) e acidentes sendo sempre indicado que são pobres; por vezes, é acrescentado que não têm qualquer forma de pagar. No livro da rua das flores está apenas escrito à frente do nome, “povre”, sem outra indicação.

Utilizamos o termo contribuinte, porque dada a natureza fiscal das fontes, parece-nos o termo mais adequado. E esses contribuintes (com muito raras exceções<sup>30</sup>) quer sejam inteiros, quer cabaneiros, correspondem a fogos<sup>31</sup>. Mas não utilizamos o termo fogo por uma razão: como já referimos, o livro da rua nova não inclui os isentos da contagem, dado que só lhes interessava

---

<sup>28</sup> Os motivos apresentados são diversos: por doença, por idade ou pobreza.

<sup>29</sup> Com exceção da cidade do Porto, em que os privilegiados têm a indicação a frente do nome de “cidadão”.

<sup>30</sup> No caso de filhos a viver como cabaneiros em casa dos pais.

<sup>31</sup> Alguns dos isentos por pobreza representam a exceção, dado que por vezes é referido que a pessoa deixou de pagar e anda de terra em terra a mendigar sem sítio certo para viver.

quem pagava, enquanto que o livro da rua das flores inclui os isentos; optamos por os excluir por que nas estadísticas iria falsear a comparação.

O uso do termo fogo levanta também outra questão: quais os critérios de contagem. Apresentamos dois exemplos: no couto de Igrijoo, contando os contribuintes e os isentos, obteríamos para o livro da rua das flores 75 fogos; no numeramento de 1527, estão contabilizados 88 fogos para esse mesmo couto. Isso levanta a questão de saber se houve essa alteração de população no espaço da elaboração dos 2 livros (que ignoramos qual foi, mas nunca superior a 6 anos) ou o critério de contagem foi diferente (que nos parece mais provável). Outro exemplo: no couto de Pedroso, são contabilizados 87 fogos no livro da rua das flores e 148 no numeramento (uma discrepância ainda maior). O que levanta novamente o problema de saber se houve diferença de critérios de contagem ou efetivo aumento da população. De momento não temos dados que nos possam responder a essas questões.

O tamanho desses fogos é variável no livro da rua nova: alguns constituídos por uma pessoa só, outros por um casal, em outros casos é possível detetar que no passado foram constituídos por cinco pessoas (quando são indicados três filhos a viver independentes como inteiros); não são feitas referencias a filhos menores<sup>32</sup>. A partir desses esparsos dados não é possível obter qualquer multiplicador para o tamanho dos fogos.

## Um século de evolução demográfica do termo do Porto

Quadro 1 – Evolução do número de contribuintes nas circunscrições

Circunscrições	Contribuintes		Evolução Percentual
	1438	1521-27	
Julgado da Maia			
Vilar de porcos	15	24	+60%
Maceira	20	26	+30%
São Nomedo de Villa Chaa	17	24	+41,1%
São Lourenço d'Azemes d'aquem	18	25	+38,8%
São Lourenço d'Azemes d'Além	7	10	+42,8%
Vayrom	17	23	+35,2%
Mosteyroo	6	17	+183,3%
São Nomedo de Coronado	27	35	+29,6%

<sup>32</sup> Com uma exceção: uma mulher que enviuvou, ficou sem nada e passou a mendigar com o filho ao colo.

Sam Christovam de Muros	15	29	+93,3%
Lavra	28	48	+71,4%
Sam Martinho de Covellas	19	21	+10,5%
Santa Maria d'Alvarelhos	26	37	+42,3%
Sam Martinho da Barca	16	18	+12,5%
Sam Romaa de Coronado	11	20	+81,8%
Nogeyra	15	22	+46,6%
São Finz de Coronado	17	27	+58,8%
Alabruja	18	35	+94,4%
São Salvador de Felgosa	12	23	+91,6%
Fornelo	13	34	+161,5%
Sam Migell da Palmeyra	15	30	+100%
Santa Cristina de Coronado	6	10	+66,6%
Sam Joham de Gidoos	5	16	+220%
Santiago de Vougado	22	59	+168,1%
Sam Martinho de Vougado	20	32	+60%
Perafecta	19	37	+94,7%
Retorta	9	20	+122,2%
Gilhabreu	22	47	+113,6%
Sam Pedro d' Avioso	22	34	+54,5%
Gondim	13	5	-61,5%
Sam Romaa de Vermoim	10	25	+150%
Alfena	43	55	+27,9%
Santa Cruz	10	17	+70%
Modivas	12	26	+116,6%
Paranhos	11	38	+245,4%
Julgado de Gaia			
Sam Pedro do Paraíso	8	22	+175%
Perosynho	15	34	+126,6%
Golpelhares	10	20	+100%
Cerzedo	14	24	+71,4%
São Fiinz da Marinha	16	28	+75%
Madanela	11	10	-9%
Arcozello	13	23	+76,9%
Canelas	21	36	+71,4%
Mafamude	7	23	+228,5%
Oliveyra do Douro	25	51	+104%
Pedroso	47	82	+74,4%
Igrijoo	34	66	+94,1%
Julgado de Refojos			
Penamaior	18	45	+150%
Santo Esydoro de Negrellos	7	30	+328%
Sam Salvador de Negrellos	11	28	+154,5%

São Nomedo	13	16	+100%
Santa Maria de Negrellos	7	19	+171,4%
Sam Martinho do Campo	9	20	+122,2%
Sam Payo de Villaees	5	12	+140%
Sam Tome	23	47	+104,3%
Sam Jiaao	21	17	-19%
Revordaaos	25	46	+84%
Sam Pedro da Agrella	13	19	+46,1%
Santiago da Careyra	15	33	+120%
São Christovam de Refoios	24	44	+83,3%
Sana Ovaya de Lamelas	13	19	+46,1%
Santa Maria da Reguenga	15	30	+100%
Couto de Santo Tirso			
Sa Miguell	12	35	+191,6%
Santa Christinha	8	25	+212,5%
Monte Corvada da Ribeira	9	28	+211,1%
Burgaees	20	25	+25%
Monte Corvada	31	65	+109,6%
Sam Payo de Parada da Castanheira	21	39	+85,7%
Sam Payo de Guimarey	9	16	+77,7%
Julgado de Gondomar			
Vall Boo	13	25	+92,3%
Juhim	8	29	+262,5%
Sam Joham da Foz de Sousa	26	43	+65,3%
Gondomill	6	12	+100%
Julgado de Penafiel			
Santiago	20	41	+105,2%
Sam Romao de Villa Cova	21	32	+52,3%
Santa Marta	7	18	+157,1%
Boulhe	8	34	+325%
Paço de Sousa	57	104	+82,4%
São Salvador de Gandara	13	31	+138,4%
Fonte de arcada	39	55	+41,%
Arcuzello	8	21	+162,5%
Perosello	8	27	+237,5%
Lusy	28	45	+60,7%
Sam Joham de Rande	4	11	+175%
Ras	16	47	+193,7%
Julgado de Aguiar de Sousa			
Villa Cova dos Caros	9	23	+155,5%
Santiago de Mudellos	12	16	+33,3%
Bitaraaes	8	20	+150%

Fereyra	27	46	+70,3%
Sam Joham de Eiryz	20	34	+70%
Villela	21	40	+90,4%
Sam Payo de Casaes	8	12	+50%
Sam Martinho de Parada	12	24	+100%
Madanella	9	14	+66,6%
São Fiinz de Fereyra	22	45	+104,5%
Santo Andre de Sobrado	21	38	+80.9%
Bandoma	14	20	+42,8%
Santa Marynha d'Estromill	7	18	+157,1%
Santta Marta	4	8	+100%

O julgado da Maia é o que abarca a área mais extensa: abarca um território que inclui os atuais municios da Maia, Matosinhos, partes de Vila do Conde, Santo Tirso, Valongo e Porto. O crescimento é bastante desigual e não se consegue detetar um crescimento de zonas geográficas em detrimento de outras. Se algumas circunscrições a norte como Modivas tem um crescimento pujante (116%), outras vizinhas tem um crescimento muito mais reduzido como Vila Chaa com 41%, embora sejam povoações de dimensões semelhantes. O mesmo se passa em circunscrições que atualmente estão integradas na cidade da Maia: Vermoim tem um crescimento de 150%, enquanto que S. Pedro de Avioso pouco ultrapassa um terço. O mesmo se passa em outras zonas do julgado. O julgado da Maia tem também diversas circunscrições de baixo crescimento (como São Martinho de Covellas) e outras mesmo que têm crescimento negativo como Gondim (próxima das referidas circunscrições de S. Maria de Avioso e Vermoim). Destaque-se o crescimento mais acentuado: o de Paranhos; sendo uma zona rural relativamente próxima da cidade do Porto (hoje está integrada na cidade), este couro aumentou 245%.

O julgado de Gaia, sendo uma área mais compacta, poderia permitir algumas leituras: as circunscrições a norte do julgado como Oliveira do Douro, Mafamude, São Pedro do Paraíso e Gulpilhares (mais próximas da vila de Gaia), têm um crescimento superior a 100%; no entanto, a Madalena, que se situa também a norte e próximo delas, tem um crescimento negativo. As circunscrições mais a sul do julgado têm um crescimento inferior a 100% com a exceção de Perosinho.

Para o julgado de Refojos, mais de metade das circunscrições teve um crescimento acima de 100%. Destacamos as exceções: Sam Jiaao (esta com crescimento negativo), Sam Pedro da Agrella e Santa Ovaya de Lamelas, todas na zona sudoeste do julgado, na periferia.

No couto de Santo Tirso, novamente a mesma situação: crescimentos superiores a 50%, as mais próximas do mosteiro de Santo Tirso têm um crescimento a rondar 200% (Sa Miguell, Santa Christinha, Monte Corvada da Ribeira), exceto Burgaees, que se fica por 25%. Sam Payo de Guimarey que é geograficamente vizinha de Sam Pedro da Agrella e Santa Ovaya de Lamelas (que não pertencem ao couto), tem um crescimento percentual superior a essas duas circunscrições.

Em Gondomar, todas as circunscrições têm um crescimento superior a 50% e destaca-se o crescimento de Gondumill, que duplica (uma circunscrição próxima da cidade do Porto, a leste desta e que hoje está integrada nela) e Juhim que atinge 262%.

No julgado de Penafiel, vemos o maior crescimento em Boulhe, no extremo leste do julgado; o mais pequeno crescimento é o de fonte arcada, a sul de Paço de Sousa.

Para Aguiar de Sousa, existem também crescimentos de ritmos variados, com diversas circunscrições em áreas descontínuas (nos atuais concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Penafiel).

Quadro 2- Evolução demográfica dos contribuintes nos julgados

Julgado	Número de contribuintes em 1438	Número de contribuintes em 1521-1527	Crescimento Percentual do julgado
Maia	556	949	+70,6%
Gaia	221	419	+89,5%
Refojos	219	425	+94%
Santo Tirso	110	233	+111,8%
Gondomar	53	109	+105,6%
Penafiel	229	466	+103,4%
Aguiar de Sousa	194	358	+84,5%

Quadro 3 – Percentagem da população dos julgados no termo

Julgado	População em 1438	População em 1521-1527
Maia	35%	32%
Gaia	13,9%	14,1%
Refojos	13,8%	14,8%
Santo Tirso	6,9%	7,8%
Penafiel	14,4%	15,7%
Aguiar de Sousa	12,2%	12%
Gondomar	3,4%	3,6%

Devido ao número de contribuintes do julgado da Maia, o comportamento demográfico deste julgado tem um peso significativo no cômputo

geral. É o que tem o mais baixo crescimento percentual, o que afeta assim a média geral de crescimento do Termo.

Todos os restantes julgados têm um peso demográfico muito mais pequeno em relação ao total da amostra, abaixo de 16%, alguns com menos de metade. Embora diversos julgados tenham populações de tamanhos semelhantes, nem por isso o crescimento é semelhante.

Gaia tem um tamanho médio em relação aos outros julgados, e devido ao crescimento desigual das suas circunscrições não chega a duplicar a população e pouco aumenta no cômputo global.

Vamos de seguida alterar a ordem de exposição, guardando Gondomar para o fim, para poder comparar julgados que são vizinhos.

Refojos tem uma população de tamanho médio em relação aos seus vizinhos e não chega a duplicar a sua população. Pelo contrário, o couto de Santo Tirso é um território com menos população, mas ultrapassa 100% de crescimento, juntamente com Penafiel que consegue assim ter um aumento da sua importância em mais de 1% em relação à população total contribuinte. Aguiar de Sousa perde peso no total dos contribuintes juntamente com a Maia nos valores globais da população devido ao seu mais pequeno crescimento.

Gondomar tem um crescimento bastante positivo, mais do que duplicando, mas o seu pequeno tamanho não permite grandes ganhos em relação à percentagem da população.<sup>33</sup>

Quadro 4 - Evolução demográfica do termo

Número de contribuintes no Termo em 1438	Número de contribuintes no Termo em 1521-27	Crescimento percentual do Termo
1582	2959	87,4%

O crescimento total da população foi de 87,4%; esse valor implicaria um crescimento anual teórico de 1%. Ao estudar o inquérito da Beira (1496) e o numeramento de 1527, João Alves Dias mostra um crescimento em média semelhante (90%,) em 30 anos ao que o Porto teve em 90 anos<sup>34</sup>, isso poderia implicar que o termo do Porto crescera a um ritmo muito mais lento.

<sup>33</sup> Por mera curiosidade, decidimos fazer uma contagem semelhante, mas desta vez incluindo todas as circunscrições que estavam nos dois livros, sem a preocupação de fazer a equivalência entre as circunscrições do livro da rua nova e da rua das flores. O resultado foi interessante; se por um lado a Maia diminui o seu peso demográfico para cerca de 28% do total de contribuintes e logicamente todos os restantes julgados aumentam o seu peso demográfico (embora sejam os julgados maiores como Penafiel e Aguiar de Sousa os mais beneficiados), por outro lado, o crescimento demográfico percentual dos julgados em si não é muito diferente, apesar da inclusão de novas circunscrições.

<sup>34</sup> DIAS, 1998: 11-52.



No entanto, pensamos que a realidade é diferente. Ao estudar o livro da rua nova, notamos que as diferentes contagens mostram uma tendência de decréscimo (entre o ano de 1438 e o ano anterior cerca de 1%); as povoações que efetuaram o seu pagamento em duas prestações (em alguns casos em 1439 e 1440), mostram também uma descida de população; atendendo a que nos anos seguintes surgiram diferentes surtos de pestes e maus anos agrícolas (peste em 1437-39, 1448-52, 1456-1458, 1464, 1472, 1477-81, 1483-87; más colheitas em 1436-1441, 1445-46, 1452-55, 1459-1461, 1467-68, 1472, 1488, 1490-91, 1494-96)<sup>35</sup>, a depressão demográfica deve ter continuado como sucedeu com o resto do país, baixando mais a população, só se invertendo esse processo já na segunda metade do século XV, seguindo a tendência nacional: um crescimento tímido na segunda metade do século XV que permitiria recuperar os números de 1437, acelerando nos últimos anos finais do século XV e no princípio do século XVI.

## Conclusão

Apesar da relativa escassez de fontes demográficas (censos, listas de contribuintes) para o Portugal medieval, cruzando essas poucas informações com outras, os historiadores em Portugal conseguiram progressivamente formar um panorama da realidade Portuguesa e a sua evolução: crescimento até princípios do século XIV, decréscimo até meados do século XV e recuperação depois.

Partindo de duas fontes fiscais, procurou-se analisar o crescimento concreto de uma área do País: o termo do Porto. Embora os dados não permitam contabilizar o total crescimento do termo, os números parciais permitem pelo menos concluir qual o crescimento percentual dessa zona entre o final da Idade Média e o princípio da Idade Moderna. Seguindo a tendência do país, de um período de contração demográfica com a crise do século XIV prolongado pelo princípio do século XV, a população iria recuperar a partir de meados do século quase duplicando em princípio do século XVI.

Diversas interrogações nos foram surgindo de que não podemos dar resposta: o crescimento deveu-se predominantemente graças a natalidade local ou a migração?<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> MARQUES, 1987.

<sup>36</sup> No livro da rua nova é registada grande mobilidade para circunscrições vizinhas ou próximas, muito reduzida para fora do termo (apenas três), e não há indicações de pessoas vindas de fora do termo.

Este último fator poderia ajudar a explicar a discrepância de crescimento em circunscrições próximas. Sabemos que a falta de terras não é razão justificativa para o crescimento desigual: como exemplo, podemos apresentar no couto de Santo Tirso Burgaees com 20 contribuintes numa área de 5 km<sup>2</sup>, cresceu para 25, enquanto que Sa Miguell, numa área com metade do território (2 km<sup>2</sup>), passou de 12 para 35 contribuintes. O tamanho inicial da população das circunscrições não parece ter influência também para o crescimento; existem aumentos pequenos e grandes em povoações de diversas dimensões.

A importância dos centros urbanos foi outra questão que gostaríamos de ter podido estudar. Infelizmente não estão também disponíveis os dados para os centros urbanos de diversos julgados, provavelmente as áreas mais povoadas. Seria interessante ver se as circunscrições desses centros dos julgados teriam uma elevada densidade populacional e um forte crescimento, crescendo também as circunscrições imediatamente limítrofes para pessoas que não se fixassem nos burgos mas nos arredores (como parece suceder no julgado de Gaia, e sobretudo com Paranhos e Gondumill, ambas próximas do Porto), dando-se uma progressiva diminuição da população à medida que as circunscrições fossem mais afastadas desse centro, ou se pelo contrário, o centro do julgado funcionava como polo atrativo único da população, reduzindo o crescimento das circunscrições vizinhas.

Tudo o que temos acesso é ao mundo rural: povoações de poucas dezenas de contribuintes, muitas raramente ultrapassando a vintena para o século XV (ou nem isso). É certo que essas povoações são numerosas, e entre elas, as distancias não são grandes. Mas não acedemos ao mundo das vilas e burgos maiores, o que seria extremamente enriquecedor.

## **Bibliografia:**

### **Fontes manuscritas:**

Arquivo Histórico do Porto/Casa do Infante, Livro da Receita da Rua Formosa, 1438-1440, código parcial 2213.

Arquivo Histórico do Porto/Casa do Infante, Livro da finta para pagamento das despesas que se hão-de fazer na rua nova das Flores, 1521-1526, código parcial 2215.

### **Fontes impressas:**

*Vereações – 1431-1432*, livro I, (Leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte). Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto. 1985.

## Estudos:

- AFONSO, Daniel Borges Braz (2012) – *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Porto: (Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), p. 54-56.
- AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1985) – “Os homens que pagaram a rua nova”. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto. p. 48.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1990a) – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 147-151.
- ANDRADE, Amélia Aguiar; GONÇALVES, Iria; MARQUES, A.H. de Oliveira (1990b) – *Atlas de cidades medievais portuguesas*, I Vol, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. p. 23.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho [Coord.] (1996) – A estruturação social. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal, Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*. III Vol. *Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Editorial Presença. p. 168-184.
- COSTA, Avelino Jesus da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*: (Tese de Doutoramento apresentado à Universidade de Coimbra), p. 225.
- BOISSELLIER, Stéphane (2003) – *Le peuplement médiéval dans le sud du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 17-25.
- DAVID, Henrique (1995) – A população Portuguesa na Idade Média: Uma revisão bibliográfica, *População e Sociedade- Centro de Estudos da População e Família* Nº 1. p. 87-90.
- DIAS, João José Alves [Coord.] (1998) – A população. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*. V Vol., *Do renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Editorial Presença. p. 11-52.
- DIAS, João José Alves (1996) – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na 1ª metade do séc. XVI)*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. p. 199.
- DIAS, João José Alves (1982) – “A Beira Interior em 1495: sociedade, administração e demografia”. *Arquipélago: série Ciências Humanas*, nº4. Universidade dos Açores. p. 106.
- DUARTE, Luís Miguel (1996) – “Demografia, História da Família e da população portuguesa na Idade Média: algumas reflexões”. *População e Sociedade- Centro de Estudos da População e Família*. Nº 2. p. 185-187.
- ESCALONA, Julio; REYNOLDS, Andrew (2011) – *Scale and scale change in the early Middle Ages*. Brepols: Thurnhout, p. 14-17.
- FERRAMOSCA, Fabiano (1998) – *O Porto Medieval e o seu Termo segundo o livro da Rua Nova*. Porto: (Tese de Mestrado em História Medieval apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). p. 65.
- FERRAMOSCA, Fabiano; DUARTE, Luís Miguel (2001) – *Livro da Abertura da Rua Nova*, Cascais: Patrimonia Historica, p. 12.
- FERREIRA, Leandro Ribeiro (2015) – *De homens-comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438)*. Porto: Edição do Autor. p. 108.

- FERRO, João Pedro (1996) – *Alenquer Medieval (Séculos XII-XV) subsídios para o seu estudo*, Cascais, Patrimonia Historica. p. 75-112.
- MARQUES, A.H. Oliveira [Coord.] (1987) – “A população”. In SERRÃO, Serrão; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*. IV Vol., *Portugal na crise dos séc. XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença. pp. 15-45.
- MARQUES, A.H. Oliveira (1980) – “A população portuguesa nos fins do século XIII” *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa: editorial Veiga, pp. 51-92.
- MARQUES, José (1988) – *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda. p. 207-307.
- RODRIGUES, Ana Maria S.A (1996) – *Espaços, Gentes e Sociedade no Oeste- Estudo sobre Torres Vedras Medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, p. 60.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira; MOREIRA Maria João Guardado; SOUSA, João da Silva; HENRIQUES, Filipa Castro (2008) – *História da população portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, p. 80.
- SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula (2010) – *A rua nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*, Porto: (Tese de mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), p. 15.
- SOUSA, Armindo de (1997) – “Condicionamentos básicos”. In MATTOSO, José (dir), *História de Portugal*, II Vol., *A monarquia feudal” (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa. p. 313-389.
- SOUSA, Fernando (1995) – *História da Estatística em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. p. 65-72.